

PAISAGEM PASTORIL: expressão cultural-agrária do Pampa

PAISAJE PASTORIL: expresión cultural-agraria de la Pampa

Felipe Leindecker Monteblanco

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), Câmpus Santana do Livramento, RS, Brasil
felipemonteblanco@ifsul.edu.br

Cesar de David

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Santa Maria, RS, Brasil.
cdedavid2009@gmail.com

Resumo

No presente artigo, realizamos uma geografia retrospectiva do Pampa brasileiro na escala do Sudoeste Gaúcho, exercício através do qual enxergamos sua face historicamente construída: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Desvelamos uma obra com origem moderno-colonial, mas que, por fundada na extensividade, foi sendo rotulada como “excessivamente entregue à natureza”, “arcaica” ou “pré-capitalista”. Observamos uma herança secular da pecuária extensiva que agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja. Um patrimônio territorial e agrário que é agora reduzido a remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos. Redutos estes, que, por outro lado, veem crescer formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas deixadas pelo “intensivismo” e pelos processos de massificação globalizantes.

Palavras-chave: Paisagem pastoril. Pampa. Pecuária extensiva. Patrimônio territorial. Patrimônio agrário.

Resumen

En este artículo, realizamos una geografía retrospectiva de la Pampa brasileña en la escala del suroeste del Río Grande del Sur, ejercicio a través del cual percibimos su faceta históricamente construida: el paisaje pastoril, un paisaje agrario. Desvelamos una obra de origen moderno-colonial, pero que por su carácter extensivo fue tachada de “excesivamente dada a la naturaleza”, “arcaica” o “precapitalista”. Vemos una herencia de siglos de ganadería extensiva que ahora está sucumbiendo rápidamente al avance de la soja. Un patrimonio territorial y agrario que ahora se reduce a remanentes, confinados en geografías refractarias a usos hegemónicos. Estos remanentes, en cambio, ven formas crecientes de valorar lo diverso y lo único, a raíz de las mismas secuelas dejadas por el “intensivismo” y por los procesos globalizadores de masificación.

Palabras-clave: Paisaje pastoril. Pampa. Ganadería extensiva. Patrimonio territorial. Patrimonio agrario.

Introdução

No presente artigo realizamos uma geografia retrospectiva do Pampa brasileiro pela ótica da paisagem e da vida pastoril construída socialmente a partir do bioma. Trata-se de uma reconstituição do processo histórico-geográfico que legou e agora vai metamorfoseando essa herança secular da pecuária extensiva, até chegarmos à situação atual em que ela vai se reduzindo a remanescentes. Enfocando o sudoeste gaúcho e baseando-nos, sobretudo, em pesquisa bibliográfica e documental acrescidas de informações de campo, procuramos observar essa paisagem tanto enquanto marca presente objetivamente nesse território, quanto na perspectiva de um fenômeno percebido, refletido em representações sociais.

No primeiro item, trazemos o Pampa pastoril como produto da organização moderno-colonial do mundo e, portanto, uma produção social. Na sequência, observamos que, no entanto, essa construção histórica permaneceu com “demasiada parcela de natureza” em seu arranjo para os padrões da própria ideia de modernidade. A seguir, através da narrativa de viajantes europeus do século XIX, trazemos mostras das raízes já antigas da visão forânea sobre o Pampa, segundo a qual lhe falta algo de trabalho humano para acessar um mínimo de expressão de modernidade. A diante, tratamos do que pode ser visto, a partir do século XX, como uma repaginação dessa mesma narrativa do “atraso”, agora sob a égide urbano-industrial. Depois, observamos o atual processo de supressão da paisagem pastoril a partir do recente e rápido avanço da soja no Pampa, que se dá exatamente na conjunção entre esse antigo discurso moderno e a prática movida por uma conjuntura de mercado global favorável aliada aos avanços técnicos do meio técnico-científico-informacional.

Por fim, evidenciamos que restam remanescentes. Relictos, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos, que, por outro lado, veem emergir formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas do produtivismo e dos processos de massificação globalizantes. Surge, então, a possibilidade de conversão de sua anterior marginalidade em uma paradoxal virtude, numa reconsideração da paisagem pastoril e sua vida como um patrimônio territorial e agrário.

Uma obra moderno-colonial

Quando os europeus começaram a palmilhar, aqui e ali, a região do Prata, ainda no século XVI, as paisagens pampianas eram já de domínio campestre. No entanto, ainda não eram paisagens propriamente pastoris: os animais herbívoros nativos como veados, emas, capinchos, antas e pequenos roedores, por serem de pequeno porte, não submetiam a vegetação a uma pressão de pastejo capaz de modelar, efetivamente, a paisagem tal como ocorreria posteriormente a partir da presença do gado (BEHLING et. al., 2009). Da parte antrópica, não havia, tampouco, nenhum tipo de manejo desses animais e plantas em favor de uma vida pastoril, tal como iniciaria mais tarde com o gado. O complexo alimentar relacionado aos grupos indígenas da região já delineava sociedades da carne, mas não das carnes bovina e ovina. A paisagem já era uma paisagem de domínio campestre, mas não pastoril.

De modo geral, os campos eram mais altos, mais “sujos”, permeados de maior presença de vegetação lenhosa, com variações segundo condições específicas de local para local (geomorfológicas, pedológicas, hidrográficas, microclimáticas etc.). A biodiversidade, manejada pelos grupos indígenas sem maiores mediações além das técnicas do corpo (SANTOS, 2006), era muito mais condicionante da vida desses grupos do que modelada por ela. “Na ausência de meios eficazes de transporte, de comunicação e de exploração dos meios, a vida social permanecia fragmentada e a humanização dos ambientes limitada (CLAVAL, 2007, p. 321)”. Poderíamos dizer: essa era ainda uma paisagem matriz das culturas locais, muito mais do que marca delas.

Foi somente na esteira do processo de organização moderno-colonial do mundo que a paisagem pastoril do Pampa começou a ser modelada junto a uma gama de outras “paisagens derivadas”, como diria Sorre (1961), com origem no intercâmbio de homens, produtos e objetos, tornados globais desde as grandes navegações iniciadas no século XV (MOREIRA, 2011). Sua formação começou com o transplante e instalação do gado como prótese pelos colonizadores espanhóis no século XVII. Algo tornado possível somente pelo uso de outras próteses, como haviam sido os navios que um dia transplantaram a gadaria do além-mar, evidenciando a origem mais técnica do que propriamente “natural” dessa emblemática configuração geográfica pampiana.

A partir daí, o que definiu a construção do Pampa pastoril não foi o mero acréscimo do exótico animal pastador como objeto a mais na antiga paisagem, mas a

relação de co-transformação entre esse novo objeto, o gado, e os demais do sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc), formando um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento, hoje secular nos casos em que não foi efetivamente substituída nos eventos mais recentes. Foi gerada uma co-produção histórica, por assim dizer, entre as características tanto dos campos, quanto de sua pecuária, quanto de suas expressões culturais. A paisagem pastoril é, portanto, o elemento de síntese a expressar essa produção, essa modelagem histórica.

O historiador Reverbel (1986, p. 21), em seu clássico *O gaúcho* já chamava atenção, por exemplo, para o fato de que esse aspecto hoje dominante dos campos “foi obra do dente e do casco do boi, bem secundados pela voracidade cavalares e pelos caprichos palatais da ovelha [...]”. Hoje, é de amplo conhecimento que se não tivesse existido a secular presença do gado pisoteando e pastoreando os campos, bem como algumas outras práticas tradicionais da vida pastoril como o roçado e a queima, grande parte do Pampa seria coberto por outros tipos de vegetação que não as de domínio herbáceo. Outras formações como as florestais teriam suporte em muitas das combinações de clima, geologia, geomorfologia e solos existentes atualmente na região.

Na prática, essa história se iniciou com os Povos indígena-missionários organizados pelos Padres espanhóis da Companhia de Jesus, que foram quem introduziu o gado na atual parte brasileira do Pampa, no século XVII. Mas ao invés de pura determinação vertical dos colonizadores, esse destino pastoril começou a ser selado, também, a partir de um profundo condicionamento horizontal posto pelo meio geográfico pampiano anterior. O trabalho de Levinton (2009) sobre a construção do território do povo de Yapeyú¹ traz isso à luz ao esclarecer que apesar do esforço investido pelos sacerdotes em desenvolver a agricultura em seus domínios pampianos - como já o faziam em outras regiões em que atuavam - não houve progresso: faltavam bosques para a metodologia guarani de plantação. Além disso, a agricultura se chocava com o modo de vida do complexo intertribal desses campos agrupado na nova redução, mais ligado à caça, mesmo entre grupos com raízes plantadoras, como os guarani, já que as condições ambientais não favorecem o roçado. Enquanto isso, abundavam os bons

¹ Fundada em 1627, Yapeyú foi a redução mais austral do sistema missionário e, por isso, a redução pampiana por excelência. Ainda que em solo gaúcho tenham sido fundado os chamados Sete Povos, para o caso do extremo sudoeste do estado, a obra que resultou nos albos locais-regionais da paisagem pastoril é, sobretudo, desse povo com sede na outra margem do rio Uruguai, atual Argentina.

pastos para o procrio do gado e a atividade pastoril, por seu caráter andejo, se mostrou condizente com a continuidade da livre circulação caçadora, segundo o autor.

Claval (2007, p. 202) lembra que “as relações ecológicas impõem ao Homem condicionantes (frio, calor, aridez, rigidez, declividades) mas também lhe fornecem alimento, água e materiais com os quais moldam seu universo instrumental”. Pois, enquanto a outros territórios indígenas-missioneiros o meio natural condicionou um destino florestal-agrícola - a exemplo da zona dos ervais mais ao norte – os campos do Pampa condicionaram seu próprio destino pastoril. Esses indígenas-missioneiros e muitos de seus parentes que permanecem nômades tornam-se vaqueiros ou tropeiros. Alvorece com eles um sistema de técnicas pastoris hibridizado com seus antigos saberes-fazeres da caça, como que preludiando aquilo que Rieth et. al. (2016) chamam, para o modo de vida de campeiros contemporâneos, exatamente de “lógica da caça”, ou seja, o gosto por correr atrás, laçar, derrubar etc. animais da criação extensiva. É preconizado, nisso, um gênero de vida de onde derivam traços identitários do “camponês da campanha” atual, tal como alcunhado por Chelotti (2009).

O desenvolvimento dessa vida pastoril foi gerando, indissociavelmente, o seu correspondente na paisagem, num salto de um Pampa natural a um Pampa pastoril. Já na presença massiva do gado uma significativa mudança, tal como registraria mais tarde o colonizador espanhol Félix de Azara (1969, p. 78):

En las áreas de pastos frecuentados desde hace tiempo por pastores y rebaños he observado constantemente que esos pajonales, o lugares llenos de grandes hierbas, disminuyen día por día y sus plantas son reemplazadas por césped y por una especie de cardo rastrero, muy espeso y de muy pequeña hoja; de suerte que si el ganado se multiplica o pasa un tiempo algo considerable, las grandes hierbas que el terreno producía naturalmente desaparecerán del todo. Si este ganado es lanar la destrucción de las grandes hierbas es más pronta.

Submetidos ao pastoreio e ao pisoteio, os campos foram se ajustando gradualmente, abrindo espaço ao predomínio de espécies vegetais adaptadas a essas perturbações (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). Foi assim modelado um balizador da nova paisagem: a maior exposição do extrato herbáceo, o tapete vegetal.

Um passo adiante foi dado nesse processo de humanização quando jesuítas e índios fundaram locais para manter o gado controlado, estande: nasciam as estâncias e os estancieiros. As primeiras significando inicialmente tão somente os locais destinados a criação de gado, sem referência a dimensão ou tamanho, e os segundos significando os

índios missioneiros responsáveis pelas estâncias. Nesses estabelecimentos e nos postos estratégicos os animais passaram a ser melhor assistidos e posteriormente foram implementadas diversas técnicas de reprodução e cuidados contra enfermidades (LEVINTON, 2009). A experiência indígena-missioneira foi, enfim, gestando a paisagem-vida pastoril. Escreveu um legado que, quando não sobrevive hoje diretamente como rugosidade no sistema de objetos (em algum monte secular de umbús, galpões, currais de pedras, ou outras edificações do período), permanece como rugosidade em aspectos do sistema de práticas, de onde saem, por sua vez, objetos que embora novos, muitas vezes tem idade técnica carregada dessa experiência pioneira.

No adentrar do século XIX os portugueses dominaram o território missioneiro da Banda Oriental. Com isso, a paisagem-vida pastoril entrou em novo ciclo de sua história enquanto construção social. Mas esse período de sua gênese jesuítico-indígena já havia durado mais de um século e meio, o que hoje representa quase metade de sua história como paisagem humanizada. Naquele início dos oitocentos, o que já a singularizava em comparação com outras paisagens derivadas do processo colonial era exatamente a permanência de significativa parcela de natureza em seu arranjo. Ainda que fruto de uma situação técnica impossível sob os desígnios apenas naturais, a paisagem e a vida pastoril haviam mantido uma simbiose com o meio geográfico pampiano anterior.

Uma produção social, mas com natureza demais

A nova ordem instituiu a propriedade privada da terra e do gado numa crescente instrumentalização do meio sob a razão comercial, numa colocação periférica na Divisão Territorial do Trabalho, subordinada à demanda das charqueadas. No entanto, a pecuária extensiva continuou sendo construída basicamente daquilo que o Pampa oferecia ao gado e, por isso, a fisionomia da paisagem pastoril continuou, ao longo dos Oitocentos, sendo esculpida sem reestruturações da configuração geográfica anterior.

Do nascimento ao abate dos animais, o tempo de trabalho natural superava largamente o tempo de trabalho social, para utilizar os termos de Freitas (1980). O que fundamentalmente definia o tamanho da produção e a magnitude da renda obtida na criação era basicamente a quantidade (em termos de área) e a qualidade (em termos de tipo de campo) das parcelas de Pampa usadas por cada particular. A criação oitocentista modesta, não mais que suficiente para garantir sozinha a reprodução socioeconômica de

uma família, não era feita sem uma boa meia légua de campo. Em todos os casos, mesmo entre pequenos e médios criadores, a atividade se assentava sobre extensões consideráveis se comparada a outras realidades camponesas regionais, de modo que, nessa forma de uso do solo, o critério área, sozinho, não se constituía em um bom indicador da condição socioeconômica de um produtor.

Na paisagem, os corpos circulantes, além de objetos fabricados como benfeitorias, entre sedes, galpões, mangueiras, pomares e plantações e outras edificações, vão aparecer em proporção representativa da parte minoritária que cabia ao trabalho humano nesse sistema produtivo. Estando a grande fatia do trabalho a cargo do campo nativo, era exatamente dele e do próprio gado que se constituía majoritariamente a fisionomia da paisagem. A atividade pastoril foi condicionada a se fazer de lonjuras, na forja de uma fisionomia marcada pelas grandes distâncias e uma vida indispensavelmente a cavalo.

Foi esculpida uma feição de densidades humanas rarefeitas, sintetizada na percepção do viajante alemão Avé-Lallemant (1953, p. 270) que, cruzando a Campanha em 1858, observava que “aqui os vizinhos não se podem olhar da janela, antes a visita de um ao outro é já uma pequena viagem, por mais rapidamente que os ligeiros corcéis atravessem o campo (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 270)”. Uma imagem de certo modo desprovida das geometrias e densidades mais comuns às obras humanas, montando um conjunto singelo que evoca em Rambo (2015, p. 134), durante suas andanças pelo sudoeste gaúcho já em meados do século XX, “[...] a ilusão de uma natureza primigênia, ainda intacta da mão destruidora do homem”.

“As lógicas produtivas conduzem a níveis muito contrastados de transformação dos espaços humanizados”, vai explicar Claval (2007, p. 291). Pois, já em fins do século XIX, grandes áreas de Mata Atlântica do sudeste brasileiro haviam sido substituídas por imensos cafezais. Na Zona da Mata nordestina, já era antiga a supressão do bioma para dar lugar as plantations de cana-de-açúcar. No Planalto ao norte do Rio Grande do Sul, as colônias de imigrantes já haviam aberto clareiras nas matas para construir uma diversificada agricultura familiar, compondo uma paisagem cultural profundamente diferente da paisagem natural anterior. Mas no Pampa pastoril, em dois séculos desde sua origem moderno-colonial, havia ocorrido algo distinto. Mesmo nos casos em que o uso pastoril havia sido conduzido fora dos padrões do que hoje se chamaria

“sustentabilidade”, isso havia se dado mediante perturbações na biota e não em sua efetiva substituição.

É isso, exatamente, o que começa a colocar o Pampa pastoril em certo desalinhamento com o próprio padrão moderno-colonial de civilização que o havia originado. Ainda que expressão híbrida de natureza-cultura, permanece fisionômica e tecnicamente próximo daquilo que a geografia imaginária presente no pensamento moderno europeu identificou como “estado de natureza”. E, no pensamento moderno-colonial, dominar a natureza é o fundamento da civilização e da cultura (europeia, burguesa, branca, masculina), como explica Porto-Gonçalves (2001). O Pampa pastoril vai, então, ganhando, pouco a pouco, esse rótulo de vazio a preencher, de deserto a povoar ou de progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”.

No mesmo passo em que esse patrimônio agrário vai sendo produzido e transformado, vai sendo construído sobre ele (e não a partir dele, como argumenta Porto-Gonçalves (2019) para o caso do Cerrado) um imaginário pejorativo, na esteira da construção, também desde fora, da hegemonia daquilo que Pérez (2008) considera uma leitura exclusivamente produtiva dos espaços agrários, numa primazia da face restritamente funcional e econômico-produtiva da agropecuária. Em outras palavras, para os padrões moderno-coloniais importados da Europa, construiu-se desde cedo a percepção exógena de que faltou à paisagem pastoril algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso.

“Desertos a oeste do Rio Grande”: olhares europeus oitocentistas

Diversos viajantes europeus testemunharam e produziram narrativas escritas sobre a vida pastoril no sudoeste gaúcho em diferentes momentos do século XIX. Nesses documentos o Pampa aparece reiteradamente como algo entregue à relva, um “deserto” ou “oceano” verde. Salvo, claro, nas situações em que esses “andantes” eram recebidos por algum estancieiro rico com um “[...] jantar esplêndido acompanhado de um excelente vinho do Porto”, como foi o caso do francês Arsene Isabelle (2006, p. 191) ao visitar uma estância no atual município de Uruguaiana, na década de 1830. Ou, ainda, quando encontravam algum “[...] sinal de progresso em tão ermas regiões”, como foi o caso do alemão Avé-Lallemant, (1953, p. 296) ao comentar que havia uma biblioteca na residência de uma estância no atual município de Alegrete, em 1858. No

demais, a ideia de Pampa deserto ou selvagem é uma constante. O francês Nicolau Dreys chega mesmo a nominar a região, em meados do século XIX, como “desertos a Oeste do Rio Grande (DREYS, 1999, p. 109)”, enquanto o belga Jean Baguet, cruzando a Campanha em 1845, se consola dizendo que “felizmente há estâncias no campo, como oásis no deserto... (BAGUET, 1997, p. 75)”.

Alguns dos elementos mais característicos da paisagem e da vida pastoril são também referidos seguidamente de forma pejorativa. Em certa passagem, o francês Saint-Hilaire, cruzando o sudoeste gaúcho em 1821, critica a alimentação centrada na carne, o consumo do mate, e aquilo que considera uma demasiada importância do cavalo e da montaria. Em uma estância em que esteve no atual município de Uruguaiana, o naturalista descreve o alferes/estancieiro que o recebeu como “[...] um homem que se nutre unicamente de carne, e carne mais dura que se possa imaginar; mora numa choupana de sete passos de comprimento por cinco de largura, não tem outro prazer além do fumo e de tomar mate [...] (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307)”. Segundo o francês, embora o próprio homem parecesse satisfeito, aquela forma de existência austera e resignada necessariamente reconduziria à condição de barbárie não só o próprio homem, mas o povo que compartilhava daquele modo de vida.

Nas palavras de Saint-Hilaire, “restringir todas as suas habilidades a saber montar a cavalo, todos os seus costumes a comer carne é reduzi-lo a condição de indígena e distanciá-lo da civilização”. Para o viajante, aos olhos de um europeu que chegasse àquela região tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em ambiente agrícola, eram desprezíveis as maneiras grosseiras daquela gente, que, segundo ele, envolta à vida pastoril, não exercitava sua inteligência e levava uma vida semelhante à dos “selvagens”. Em tom de lamento, Saint-Hilaire (2003, p. 321 – 322) observa:

O que logo lhes apaixonam são os cavalos e o gado; imitam tudo o que veem e, não querendo ficar em situação de inferioridade diante de seus vizinhos aprendem a montar tão bem quanto os que lhes ensinam, elogiando tanto a arte de montar, que pensam não existirem outras habilidades. Aliás, a infância sempre achará um prazer imenso no sentimento de sua superioridade. Esse prazer é experimentado quando a criança se torna dona de um cavalo que concorre em um rodeio, ou ela ajuda a matar um boi e retalhá-lo.

Como europeu oriundo de uma França que ditava as referências de modernidade e civilização exportadas ao mundo, Saint-Hilaire estabelece em sua descrição uma hierarquia entre a atividade pastoril e a agricultura. Os costumes relacionados à primeira

aparecem como inferiores aos da segunda. O viajante afirma que a vida pastoril é o primeiro estágio da civilização, correspondente ao momento em que uma região ainda é pouco habitada e que na medida do aumento da população e da divisão das terras a agricultura torna-se uma necessidade. Deste modo, justifica que se inicialmente as magníficas pastagens que cobriam a Capitania do Rio Grande e de Montevideu haviam convidado naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado, com o tempo isso acabaria por concorrer para um retrocesso ao obrigar os produtores a deixar os costumes da vida agrícola pelos da vida pastoril.

Aliás, de forma muito semelhante, o espanhol Félix de Azara já havia feito, ainda no século XVIII, o mesmo tipo de observação sobre os domínios espanhóis do Pampa. Dizia ele que a vida pastoril, como meio de subsistência era “mucho más sencillo, mucho menos penoso y supone menos industria que el de cultivar la tierra”. Por isso, na concepção do autor, a arte do pastoreio precederia em termos, digamos, evolutivos, a arte agrícola, argumentando que “la historia nos muestra por todas partes pueblos pastores que se convierten en agricultores, y acaso nunca ha sucedido que un pueblo agricultor se convierta en pastor (AZARA, 1969, p. 285)”.

Dito isso, o explorador espanhol lamenta o destino pastoril que tomava os domínios do Prata, dizendo que “los ganaderos de estas regiones son los menos civilizados de todos los habitantes, y que este género de vida casi ha reducido al estado de indios bravos a los españoles que lo han adoptado (AZARA, 1969, p. 285)”. Na descrição de Azara, esses pastores não mantinham a mesma constância de labor que era própria da agricultura e permaneciam a maior parte do tempo ociosos, afirmando ainda que “estas gentes no acompañan nunca los ganados al campo, como sucede en Europa. Todos sus cuidados se reducen a salir una vez por semana, seguido de algunos perros, para dar una vuelta a sus posesiones, gritando y a todo galope (AZARA, 1969, p. 286)”. Com o mesmo tom de inferiorização com que mais tarde Saint-Hilaire criticaria a alimentação carnívora dos criadores de gado da Campanha, o iluminista espanhol também cria imagens da cultura alimentar dos pastores do Prata, dizendo:

No comen legumbres ni ensaladas, diciendo que son pasto, y se mofan de los europeos, que comen como los caballos y usan el aceite, otra cosa que les repugna mucho. No se alimentan absolutamente mas que de carne de vaca asada como lo hacen los charrúas y sin sal (AZARA, 1969, p. 287).

Nessa mesma linha, outro francês, Nicolau Dreys, observa, na década de 1830, que mesmo abundante em peixes em seus rios, os habitantes do Pampa, inclinados a uma dieta centrada na carne vacum, pareciam “[...] fazer pouco caso deles (DREYS, 1990, p. 59)”. Diz o autor que a criação de gado e o gosto adquirido por ela, os conduzia para outra direção. O viajante chama atenção para o tanto de atrelado à natureza pampiana era o sistema de criação extensiva que se desenvolvia. Ele observa que havia uma reprodução natural do gado, que, somada a uma despesa que o autor caracteriza como quase nula dado que o principal insumo era o pasto nativo, configurava uma condição favorável ao estancieiro. Inclusive, esse era um fator que, para o francês, concorria para a permanência da pecuária em detrimento da agricultura: “Sua vida está segura com esse mesmo gado que cobre o país, e tão completamente acostumado está a tirar dele seu sustento, que não sente a falta das searas [...] (DREYS, 1990, p. 56)”.

De forma semelhante aos franceses, também o alemão Avé-Lallemant discorre sobre a falta das searas na região, em 1858. Nas proximidades do Inhanduí, últimas léguas antes da então vila do Alegrete, ele diz que a região ondulada onde se encontrava “[...] certamente poderia chamar-se bela, se cultivada e ocupada por aldeias, pomares e trigais (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 298)”. A leste de São Gabriel o alemão ainda reclama a ausência do cultivo da terra, dizendo que “[...] faltava o gracioso encanto que imprimem a uma paisagem a cultura humana, as aldeias e povoados (p. 310)”. Segundo ele, a desculpa usada pelas gentes dali era a falta de braços oriunda da baixa densidade de habitantes para empreender o cultivo da terra. Para o viajante, no entanto, essa era uma desculpa para a preguiça imperante entre a população: “Cultivar, lavrar com os próprios braços, semear, colhêr - nisso ninguém pensa. Antes privar-se de tudo e satisfazer-se com carne, leite e queijo (p. 253)”.

Segundo Avé-Lallemant (1953), nessa região da margem do Uruguai os gêneros alimentícios vegetais, não sendo produzidos ali, alcançavam preços elevados. Por isso, não restava à população mais pobre uma alternativa que não a de se alimentar principalmente de carne, cuja produção, segundo afirma, se dava um tanto por si mesma nas criações extensivas dos campos, sem ninguém se dar “[...] ao trabalho de melhorar as pastagens ou a raça do gado (p. 253)”. Na visão do viajante, tratava-se, inclusive, de uma realidade inversa a da Alemanha, sua terra natal, onde era pobre o homem que passando uma semana inteira sem carne, tinha de viver de feijão e batatas, enquanto na Campanha, se olhava com piedade a família que na semana só tinha carne e não podia

comprar feijão. Segundo sua concepção, esse era um inconveniente que só seria sanado pela imigração europeia em grande escala. A síntese do autor é reveladora de todo um espírito moderno-colonial: “Pelo menos a metade das enormes várzeas do Uruguai precisa ser revirada pelo arado e plantada por agricultores. Em nosso século é essa a missão da raça anglo-saxônica, germânica do norte (p. 254)”.

“Metade Sul”: o olhar urbano-industrial novecentista

Ainda na década de 1960, até mesmo na de 1970, era possível ver a paisagem pastoril do Pampa em significativa medida conservada no mesmo feitiço moldado desde a introdução do gado na Banda Oriental. A Campanha percebida por Pébayle (1968, p. 18), por exemplo, em seus trabalhos de campo na região, ainda era naquele momento um “[...] domínio tradicional de criação extensiva”. Citando estatísticas oficiais, o autor afirma que em 1960 a área destinada à agricultura na região cobria apenas 210.000 hectares, equivalente a só 4,6% da superfície explorada. Na visão do autor, a maioria dos produtores daqueles meados da década de 1960 ainda considerava que “[...] o pampa só podia abrigar uma atividade, ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: a criação extensiva (PÉBAYLE, 1968, p. 20)”. Apesar de algumas modernizações, sobretudo no que diz respeito aos melhoramentos zootécnicos, a tradição ainda marcava a paisagem-vida pastoril da região que, aos seus olhos, permanecia sob “[...] poderosa influência do meio natural e do vigor das mentalidades vindas diretamente da história (PÉBAYLE, 1968, p. 32)”.

No entanto, desde o pós-Segunda Guerra Mundial havia se iniciado um processo sem precedentes de globalização das trocas, industrialização e urbanização mundial, operando grandes mudanças que foram paulatinamente dissolvendo os domínios da relativa fixidez das antigas regiões e suas paisagens até então estáveis, como era o caso da paisagem pastoril do Pampa (MOREIRA, 2011). Mesmo ainda na década de 1940, em suas viagens ao sudoeste gaúcho, o geógrafo Balduino Rambo já podia ver, entre Rosário do Sul e Livramento, grandes plantações de arroz, que se repetiam entre Bagé e Dom Pedrito. Sobre essa região, correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Central gaúcha, o geógrafo já fazia, inclusive, uma acertada previsão: “Esta terra deverá transformar-se em grandes áreas agrícolas (RAMBO, 2014, p. 27)”. Na década de 1960, muitas áreas pampianas de várzea e banhado já haviam dado lugar ao arroz irrigado,

principalmente através do arrendamento da terra por parte de investidores de fora da região, trazendo novas lógicas de produção e de vida (CHELOTTI, 2009).

Sobretudo a partir das décadas finais do século XX, o mundo começa a ver os espaços rurais crescentemente invadidos de uma relação socioespacial cada vez mais utilitária, frequentemente conduzindo os subespaços à monofuncionalidade, como explica Claval (2007). As paisagens culturais legadas pela história agrária passam por processos de progressiva estandardização ou banalização, na medida em que as modernizações iam ocorrendo mediante difusão de um mesmo padrão técnico em diferentes lugares, atenuando suas diferenças morfológicas (SANTOS, 2006). Toma corpo e se torna hegemônica uma cultura desenvolvimentista para o campo, tendo na cidade o seu polo irradiador, construindo um desapareço pelas heranças agrárias, vistas como rudes e vulgares, segundo demonstra Pérez (2008). De acordo com a autora, põe-se em marcha a deslegitimação da cultura do campo, tendo como resultado o deterioro de seus imóveis mais significativos, além de artefatos, conhecimentos, técnicas, ofícios, utensílios, linguagens, incluindo as próprias paisagens que sintetizavam esse universo.

No Pampa, um sintoma característico desse processo foi o novo impulso tomado pela ideia de que os campos nativos do Rio Grande do Sul deveriam necessariamente ser cobertos com alguma plantação moderna como forma de passaporte da região ao progresso ou desenvolvimento. Já na década de 1970, o desacordo desenvolvimentista com a ideia de campos nativos servindo de alimento para o gado, atribuía um estigma ao pecuarista como sendo “gigolô de vaca”, em referência pejorativa ao que se considera de pouco labor, lento e improdutivo. No período entre as décadas de 1980 e 1990 começava a ganhar corpo, inclusive, uma dicotomia no Rio Grande do Sul envolvendo a ideia de um estado dividido em norte-rico-desenvolvido, identificado como moderno-agrícola, e sul-pobre-subdesenvolvido, identificado como pastoril. O sul do estado, ou seja, o Pampa brasileiro, aparecia, segundo alguns discursos, reduzido a uma “metade sul”, denominação que trazia embutida essa ideia de pobreza, arcaísmo, atraso e subdesenvolvimento, servindo de chamariz a grandes projetos modernizadores. A essa altura, se houvesse uma imagem para servir de emblema da decadência da região, esta seria representada pela velha paisagem pastoril.

Mesmo sob diferentes posições do espectro ideológico, a pecuária extensiva do Pampa se tornava expressão da face oposta ao desenvolvimento. Numa visão, digamos, mais empresarial, circulante entre uma fatia dos próprios pecuaristas, surgia o estigma

da acomodação, da irracionalidade, da ineficiência, falta de dinamismo, baixa produtividade e rentabilidade, a ser superada com grandes investimentos e projetos modernizantes. Nesse olhar não era levado em conta - ou talvez não fossem consideradas justificáveis - eventuais outras motivações em ser pecuarista que não as movidas pelo empreendedorismo, como poderia ser o caso, por exemplo, da simples reprodução de um modo de vida herdado de gerações que privilegia a segurança e certa autonomia em relação ao mercado.

Já numa posição mais à esquerda, aparecia a associação ao latifúndio, à desigualdade, concentração fundiária, argumentando em favor da reforma agrária. Notadamente, havia à esquerda certa tendência de reduzir a diversidade da pecuária extensiva do Pampa brasileiro a um mosaico de latifúndios, o que de certo modo também acabou contribuindo para a invisibilização de uma miríade de sujeitos sociais da faixa dos pequenos e médios que historicamente haviam sido maioria desse universo (FARINATTI, 2007; FERNANDES e MIGUEL, 2016), responsáveis efetivos, em sua corporeidade, pela modelagem da paisagem e pela animação da vida pastoril.

Ainda que por parte do MST, por exemplo, o foco estivesse na concentração fundiária na região, e em pautas como o estabelecimento de um limite máximo de área de propriedade da terra no Brasil, a atuação do INCRA nas vistorias e desapropriações para fins de reforma agrária esteve mais centrada na questão da lotação pecuária dos campos como indicador de produtividade (DA ROS, 2009). Seria dizer, seja à “esquerda” ou à “direita”, as críticas partiam de um olhar produtivista. Por isso, em ambos os casos elas acabavam desembocando exatamente nesses pequenos e médios pecuaristas, dado que eram os submetidos a uma gama maior de limitantes para a assimilação de modernizações e, também por isso, mantenedores de uma racionalidade distinta da lógica puramente instrumental do investimento tipicamente capitalista.

“El Dorado”: o avanço recente da soja e o processo de supressão

Nos anos 2000 a supressão do antigo universo pastoril pampiano já havia ganhado escala e se tornado mais evidente. Isso ocorre já na plenitude do que Santos (2006) chamou de meio técnico-científico-informacional, em que ciência, tecnologia e mercado global, conjuntamente, tornam-se os pilares da intervenção do homem no meio, desencadeando processos de cientificização ou tecnificação da paisagem. O Pampa é demandado a servir ao que Achkar (2017) chama de “intensivismo”, produzido

tanto em sentido horizontal, com o avanço da fronteira agrícola e da conversão de grandes extensões de campo, quanto em sentido vertical, incrementando a produção por unidade de área, com uso intensivo de bens naturais como água e solo. O avanço das plantações de espécies florestais e, sobretudo, da soja, constitui a expressão mais saliente disso no caso pampiano (DE DAVID, 2016).

Para Santos (2006), nesse mundo de hoje os eventos que se realizam sobre diferentes lugares atendem cada vez mais a fins estranhos a sua população. Muitas vezes eles são apenas respostas localizadas a necessidades alheias e a funções cuja geração é distante. O autor chama de alienação local-regional o resultado desse distanciamento entre o motor dos eventos e o local de sua realização. Na escala de onde essas ações são comandadas estão, sobretudo, os grandes decididores como governos, empresas transnacionais, organizações internacionais etc., enquanto na escala de sua efetivação estão os atores locais-regionais, cujo poder de escolha é normalmente limitado.

Como explicar as metamorfoses que ocorrem hoje no Pampa a partir do avanço da soja sem considerar, por exemplo, o peso do chamado “efeito China”? Escher e Wilkinson (2019) falam de um verdadeiro “complexo soja-carne Brasil-China” articulando os dois países como “polos” comerciais. Segundo os autores, a China passa por um processo de acréscimo da renda per capita, urbanização e aumento da classe média, que hoje chega a algo em torno de 30% de sua população (o equivalente a cerca de duas populações brasileiras inteiras). Isso se desdobra em uma importante mudança de hábitos alimentares relacionados à classe social, cuja expressão é o aumento do consumo de carne, neste caso, notadamente a carne suína. Essa demanda leva a uma industrialização da produção chinesa de suínos, que, por sua vez, tem no farelo de soja um importante insumo, principal componente da ração dada aos animais.

É oriunda sobretudo daí a enorme demanda chinesa por soja, que absorve mais de 60% da oferta do mercado internacional e impacta na alta dos preços do grão, no bojo do que, segundo os autores, se convencionou chamar de boom da commodities. No Brasil, como polo exportador, o efeito é a expansão na área plantada, na quantidade produzida e nas exportações de soja em grãos. Com essa demanda internacional constante, sobretudo, a asiática, e com a permanência do valor do grão em um patamar atrativo, ainda que ente oscilações, potencializado pela cotação do dólar em patamar também elevado, a expansão em extensão e produtividade segue sua marcha e agora se estende, também, ao Pampa Gaúcho.

A associação entre ciência, tecnologia e informação, vai tornando cada vez mais diminutas as áreas em que as condições naturais preexistentes ainda impõem barreiras ao plantio da soja a ponto de inviabilizá-lo. Enquanto as terras com condições mais propícias ao cultivo da oleaginosa vão se esgotando, os incrementos técnicos a estendem a terrenos de segunda ou terceira alternativa. Em todo o Brasil, a expansão se volta, agora, a regiões até então marginais. Os solos superiores dos Cerrados nas áreas mais altas e planas, por exemplo, já estão ocupados. Começam a ser visadas zonas de solos arenosos, em geral carentes de nutrientes e de estrutura física, além de mais sensíveis a secas e excessos de chuvas.

O correspondente desse movimento no Rio Grande do Sul é a expansão da soja dos domínios de solos argilosos do norte para os de solos arenosos e franco-arenosos do sul. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda em 2011 os cinco municípios gaúchos com a maior área plantada de soja eram todos do Planalto: 1) Tupanciretã; 2) Palmeira das Missões; 3) Cruz Alta; 4) Julho de Castilhos; e 5) Jóia. No entanto, em 2019, menos de 10 anos depois, 3 dos 5 municípios com maior área plantada já eram do Pampa, sendo dois deles da Campanha Gaúcha: São Gabriel e Dom Pedrito, empatados na segunda posição, e Cachoeira do Sul, ocupando a quarta.

Os operadores desse evento na escala de sua realização são investidores com trajetória no setor, oriundos, sobretudo, dessas regiões tradicionalmente produtoras do norte do estado. Dadas as singularidades dos solos sobre os quais o evento se realiza, trata-se de um avanço que se dá à guisa de especial demanda em fertilizante e corretivos, material genético e maquinário adaptados, ou em manejo de proteção, dada sua maior fragilidade. Ainda assim, são obtidas produtividades por área sensivelmente menores que as do Planalto. São Gabriel e Dom Pedrito, por exemplo, caem para o 11^o e o 15^o, respectivamente, quando o tema é a quantidade produzida, segundo a mesma plataforma de dados do IBGE, para o ano de 2019. De acordo com essa fonte, enquanto em municípios do norte do estado o rendimento médio chega a ultrapassar os 4.000 Kg/Ha, no sul, apenas uma minoria chega aos 2.000 Kg/Ha.

Ocorre que a menor produtividade por área acaba sendo, de certo modo, compensada pelo preço da terra consideravelmente mais baixo, o que favorece o avanço em extensão do cultivo. De fato, no Planalto, em zonas com condições de alta produtividade para a soja o valor médio do hectare ultrapassa os 58 mil reais, enquanto em municípios como Passo Fundo, chega a ultrapassar os 60 mil, segundo dados do

INCRA (2020). Lá, mesmo as áreas aptas de baixa produtividade para o grão rondam, no mínimo, os 30 mil reais o hectare, de acordo com a mesma fonte. Enquanto isso, na Fronteira Oeste, as melhores terras, que mesmo assim tem produtividade média para a oleaginosa, valem em média 14,3 mil reais, e as com aptidão de baixa produtividade, 11,5 mil (INCRA, 2020).

Assim, a grande procura de terras para compra e arrendamento com esse fim vai se tornando marcante nas localidades do Pampa com solos minimamente viáveis à agricultura. Sob essa pressão de demanda, a conversão de remanescentes de paisagem-vida pastoril é facilitada nessas localidades, considerando as dificuldades contemporâneas de reprodução socioeconômica na pecuária extensiva, sobretudo para pequenos e médios pecuaristas, notadamente frente à ampliação de custos, seja em insumos como medicamentos veterinários ou em mão de obra, por exemplo. Surge, então, a ideia de que “financeiramente a soja é mais rentável”. Aos que não vivem nas localidades, mas mantêm algum tipo de vínculo, cresce a percepção de que “não tem mais estância, é tudo granja”.

A força econômica com que o evento se apresenta desperta a percepção de que “mais cedo ou mais tarde aquela região ali é só planta”. O processo é envolto em uma aura de inevitabilidade oriunda tanto do fato de que a sua difusão é comandada por essa citada mais-valia operada em nível mundial, quanto em razão da enorme força do imaginário correspondente que facilita a sua inserção em toda parte (SANTOS, 2006). A região se transfigura em uma nova fronteira agrícola em expansão. Um novo “El Dorado” segundo os imperativos do desenvolvimento como intensificação produtiva. O sonho moderno sonhado de fora desde os tempos das crônicas dos viajantes europeus, de que o Pampa sendo apenas campo é vazio e que, portanto, seria um dia preenchido com algo de “industrioso”, vai se realizando.

Considerações finais: quando restam remanescentes

As sociedades humanas vêm desde milênios transformando o meio natural através da agricultura e da pecuária, se adaptando ao entorno ao mesmo tempo em que desenvolvem complexos sistemas agropecuários, segundo caracteriza Pérez (2008). A autora destaca que alguns desses seculares e às vezes milenares sistemas produtivos se perpetuam entre inércias e transformações até hoje, constituindo um valioso legado

cultural associado a paisagens ímpares. A marcha histórico-geográfica das práticas agropecuárias gerou um rico patrimônio imóvel imbricado a um repertório de saberes, ofícios e tradições de caráter intangível que incrementam sua relevância histórico-cultural e as referendam como patrimônio (PÉREZ, 2008).

Parte significativa da história/geografia do Pampa é também a de sua relação com a criação extensiva de gado, ou com a “vida pastoril”, no dizer de Queiroz (1977). Uma relação secular que não se restringiu a campos e rebanhos, implicando, fundamentalmente, as gentes locais na forja de todo um universo sociocultural, toda uma “vida pastoril”.

O exercício de geografia retrospectiva que fizemos, permite entender a paisagem pastoril como uma marca produzida no Pampa pela cultura, para utilizar o entendimento de Berque (1998). Evidencia-se, portanto, uma paisagem cultural, um resultado material das atividades produtivas da pecuária extensiva e dos esforços de suas gentes em habitar o Pampa, expressando, por isso, determinadas técnicas, mas também visões de mundo. Trata-se, pois, de um testemunho impresso do “[...] conjunto de artefatos, do know-how e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizaram suas relações com o meio natural” ao longo da história do Pampa, tal como refere Claval (2007, p. 13).

O mesmo exercício nos mostra, ainda, que essa marca, uma vez sulcada nesse pedaço regional da superfície terrestre, condicionou e condiciona, ela própria, as possibilidades de ação e esquemas de percepção e concepção que a moldam, ou seja, ela participa da produção da vida pastoril como cultura, influenciando-a. Ou seja, ela lhe serve de matriz (BERQUE, 1998). De modo que, unificadas, paisagem e vida pastoril expressam uma forma-conteúdo, uma construção social híbrida de natureza-artifício que contém e está contida no Bioma Pampa, sendo altamente representativa dele, ainda que não seja sua única expressão. Para além da dimensão ambiental, ecológica ou fisionômica “natural” que carrega, a paisagem e a vida pastoril expressam a importância da dimensão cultural e agrária do Pampa.

No entanto, sabe-se que em todos os lugares habitados as relações entre sociedade e natureza tem sua história marcada pela paulatina substituição do meio natural por um meio cada vez mais artificializado, produto de sua sucessiva instrumentalização por parte de determinada sociedade, nos diz Santos (2006, p. 156). Pois, no Pampa, a paisagem pastoril e sua forma singular em que arranja a parte do ‘natural’ e do ‘artificial’[...], vai se reduzindo a “refúgios” mantenedores de alguma

continuidade onde a transição se tornou regra. Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias aos novos usos hegemônicos.

Segundo Borba (2002), são esses fragmentos menos artificializados ou menos inseridos nos circuitos hegemônicos os que menos produzem externalidades negativas e mais conservam elementos culturais como habilidades, conhecimentos, tradições, paisagens e biodiversidade, exatamente por não terem se inserido nessa lógica produtiva intensivista que agora avança sobre o Pampa. Podemos falar, nesse sentido, em um caráter de relicário dessas manchas de vegetação nativa, manifesto tanto no sentido etimológico da palavra, enquanto sinônimo de resto ou resíduo (remanescente), quanto no sentido mais usual, enquanto local que abriga coisas valiosas, heranças. Um relicário, aliás, chama atenção para a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre o tangível e o intangível, enfim, entre paisagem e a vida que a anima, dado que um relicário (uma forma, um suporte) guarda relíquias (artefatos, práticas, falas, jeitos etc.).

Mundialmente, é exatamente a consciência de que se vive uma época de transformação e de ruptura com o passado, o que leva a uma atitude de reconhecimento de que uma parte de nosso entorno natural-artificial representa um legado valioso, constituindo, por isso, uma herança ou patrimônio, conforme destaca Valcárcel (1998). É esse um paradoxo moderno, segundo analisa o autor, que reside, por um lado, na sucessiva destruição e substituição do espaço herdado, e por outro, na valorização e preservação daquilo que são seus restos ou manifestações em processo de supressão, na constituição do que o autor chama de “cultura do patrimônio”.

Seria esse o caso da tradicional paisagem pastoril nesse exato momento em que vai se tornando cada vez mais residual? O fato é que somente hoje, quando já se reduz a essas espécies de “testemunhos” é que o Pampa se torna pauta de preocupação em distintos âmbitos. Algo, aliás, que foi e é de praxe em situações em que o desenvolvimento capitalista bate às portas de diferentes contextos regionais naturais-culturais: Com a ameaça, a valorização (VALCÁRCEL, 1998). Na verdade, o próprio reconhecimento institucional do Pampa como um dos biomas brasileiros pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) se deu apenas em 2004, já na esteira do processo de supressão, como um evidente sintoma reativo.

O advento do Bioma Pampa é representativo desse momento em que, como explica Moreira (2011, p. 152) “o meio ambiente se desarruma e a diferença reage contra o padrão da repetição”. Para o autor, é com [...] a instalação da crise que vem a

redescoberta da diferença. E, com a diferença, o conceito de biodiversidade (MOREIRA, 2011, p. 152-153)”. Evidentemente, nessas condições, a ideia de uma regionalização baseada nesse parâmetro foi providencial. Contribuiu “[...] para a mobilização de setores governamentais e não-governamentais ligados ao meio ambiente em torno da conservação dos campos [...]”, como destaca Bencke (2009, p. 101). Desencadeou, também, uma “[...] identidade pública nacional [...]” para essa porção singular do território brasileiro, como preferem Vélez et. al. (2009, p. 359).

Ocorre, no entanto, que as metamorfoses do Pampa não se amortizam à dimensão ambiental, da perda de biodiversidade. Não se trata, somente, da substituição dos campos nativos por lavouras. Trata-se da supressão de formas, mas também de conteúdo, de objetos, mas também de relações sociais singulares, de natureza e de cultura. Trata-se da mingua de espécies e ecossistemas, mas também de componentes históricos, arqueológicos, paisagísticos e etnográficos. São transformações que são a expressão local de um processo que é global, de massificação de paisagens que haviam estado historicamente imbricadas a modos de vida e tradições locais (BRASIL, 2009).

Por isso, se inicialmente o reconhecimento do Pampa veio através de uma pegada, digamos, ecológica, de atenção, sobretudo, ao seu patrimônio “natural” e biológico, o momento atual aponta para a importância de outras de suas dimensões. O contexto mundial de crise e alertas ambientais que dá eco ao tema da biodiversidade, tem o seu correspondente cultural que, frente à massificação das paisagens numa sociedade cada vez mais global, dá eco a um crescente apego cultural ao que é próprio e distintivo: Os territórios e suas expressões humanas, além dos biomas e suas expressões “naturais”, tornam-se um valor a contemplar e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens aparece como um objetivo político da atualidade (VALCÁRCEL, 1998).

No mundo, as tendências globalizadoras geradoras de recursos genéricos e de caráter deslocalizável são confrontadas pela revitalização experimentada pelas identidades locais dos territórios, onde estão ancorados recursos patrimoniais específicos, de caráter singular e irrepitível (PÉREZ; SALINAS, 2008). Do esquecimento e da marginalidade, esses tipos de paisagens, lugares de trabalho e habitação, espaços de sociabilidades, de expressões orais e rituais singulares, passam agora, ainda que lentamente, a ser vistos como potenciais recursos identitários em que podem se apoiar, inclusive, processos de desenvolvimento (PÉREZ, 2008).

Dáí que, ao se falar no Pampa remanescente, é oportuno falar na paisagem-vida pastoril remanescente. Seria dizer, além de um patrimônio “natural” ou biológico, estaríamos falando de um patrimônio territorial, em sentido amplo, e/ou um patrimônio agrário, em sentido estrito. Enquanto patrimônio territorial, seria falar na paisagem-vida pastoril como um legado de vidas sociais precedentes no devir histórico que reúnem elementos naturais e os acréscimos artificiais oriundos desse processo, e que se constitui em elemento de identidade social ao refletir, em sua fisionomia, os modos e condições de vida da sociedade que a moldou e a molda (VALCÁRCEL, 1998).

Já enquanto patrimônio agrário, seria chamar atenção especificamente para a herança histórica da exploração agropecuária, no sentido trazido por Pérez (2008), neste caso, notadamente a da pecuária extensiva. Herança esta, manifesta tanto em sua face material, traduzida nos sistemas de objetos relacionados à produção, quanto em sua face etnográfica, expressa em ofícios, artefatos, identidades etc. Seria pensar a paisagem e a vida pastoril como testemunhas (i)materiais de uma atividade que faz parte da história da sociedade gaúcha e platina, cuja expressão pode ser encontrada em elementos como aperos, edificações, habitats, costumes, ofícios, rituais, etc. (PÉREZ, 2008).

Essa forma de olhar o Pampa corresponde a um dos grupos de achados de nossa pesquisa de doutorado, realizada entre 2017 e 2021, em que nos dedicamos a uma Geografia do Pampa remanescente no Brasil. Nessa investigação, esteve como pano de fundo, uma compreensão do espaço geográfico enquanto sucessão de formas-conteúdo, que condicionam a ação da própria sociedade e, portanto, da realização da história, em detrimento de um espaço superfície, apenas receptor da história. Disso decorre nossa proposição inicial de que a conservação desses remanescentes do Pampa implica condicionantes postos pelas formas-conteúdo locais, resultando nessas manchas que, por isso mesmo, não são somente manchas de vegetação, biodiversidade, ou, de modo geral, de materialidade em si mesma, sendo indissociavelmente manchas de sistemas de práticas específicos, de ações funcionais e/ou simbólicas, enfim, de conteúdo desses subespaços, em alguma medida.

Nesse sentido, trouxemos nas linhas que se seguiram um sistema de ideias sobre o Pampa, um dos frutos do trabalho citado, que foi de caráter qualitativo, operacionalizando analiticamente o conceito de paisagem enquanto foco conceitual. A paisagem, vista enquanto marca cultural ou escrita da superfície terrestre por uma determinada sociedade, foi trabalhada nessa pesquisa como um texto, um documento

que versa sobre a relação entre sociedade e natureza em cada lugar, passível de leitura e interpretação e, por isso, uma fonte de pesquisa. De modo que, o trabalho de campo, pautado na tradição observacional da geografia, foi uma das técnicas de onde advêm os argumentos aqui apresentados.

Colocamos em voga, também, a interlocução com os sujeitos sociais que se relacionam e animam a paisagem, acessando seus relatos ou narrativas. Há o que a paisagem esconde e suas gentes revelam, mas há, também, o que as gentes escondem e a paisagem revela. Buscamos, então, nessa mescla, aproximarmos da realidade, obtendo daí parte significativa das informações que ajudaram na construção do presente olhar, procurando amparo e complemento sólido nas fontes documentais e bibliográficas.

Chegamos deste modo, até a presente forma de ver os remanescentes do Pampa, que entre inércias, transformações e ameaças, se apresentam como áreas relicário, cujas relíquias que guardam são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana.

REFERÊNCIAS

ACHKAR, Marcel. El bioma pampa: un territorio en disputa. In: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane. Flores; FOLETTTO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 126 - 140.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZARA, Félix. **Viajes por la America meridional**. Madrid: Espasa Calpe, 1969.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: PAROLA, 1997.

BEHLING, Hermann; JESKE-PIERUSCHKA, Vivian; SCHÜLER, Lisa; PILLAR, Valério da Patta. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, Valério da Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila (ed.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 13 - 25.

BENCKE, Glayson Ariel. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, Valério da Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila (ed.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 101 - 121.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84 - 91.

BORBA, Marcos Flavio Silva. **La marginalidad como potencial para la construcción de otro "desarrollo"**: el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 336 f. (Tese de Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 2002.

BRASIL. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CRUZ, Rafael Cabral; GUADAGNIN, Demétrio Luis. Uma pequena história ambiental do pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, Benhur Pinós; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Mara Eliana Graeff (org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. p. 155 – 179.

DA ROS, C. A. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n. 22, p. 232-278, 2009.

DE DAVID, Cesar Augusto. L'expansion de la monoculture dans la Pampa Gaucha et son impact sur le paysage. **Eso, travaux & documents**, n. 40, p. 75-80, mar. 2016.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, nov. 2019.

FARINATTI, Luís Augusto Eblin. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, Valéria Dorneles; MIGUEL, Lavois de Andrade. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul: Santana do Livramento, século XIX. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio Silva. **A pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 41 – 61.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 204 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota Técnica do Mapa de Biomas do Brasil, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de análise de mercado de terras no Rio Grande do Sul**, 2020.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

LEVINTON, Norberto. **El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una región cultural**. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PÉBAYLE, Raymond. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, n. 207, Ano 27, nov./dez. 1968. p. 18-32.

PÉREZ, Rocío Silva. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 275, out. 2008.

_____.; SALINAS, Víctor Fernández. El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del turismo. **Investigaciones geográficas**, n. 46, p. 69 – 88, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther; SADER, Emir (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217 - 256.

_____. **Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 19, p. 55 – 78, 1977.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 4 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

_____. **Viagens ao Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. 200 p.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIETH, Flavia Maria Silva; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Eric. “Lida brabíssima”: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária

extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SORRE, Mazimilien. **L'homme sur la terre**. Paris: Corriger, 1961.

VALCÁRCEL, Jose Ortega. El patrimonio territorial como recurso cultural y económico. **Ciudades**, Valladolid, n. 4, p. 33-48, 1998.

VÉLEZ, Eduardo; CHOMENKO, Luísa; SCHAFFER, W.; MADEIRA, M. Um panorama sobre as iniciativas de conservação dos Campos. In: PILLAR, Valério da Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila (ed.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 356 - 379.

Recebido em 12/10/2021. Aceito para publicação em 18/03/2022.
--